



CERTIDÃO

N.º de Registo	10583	Data	27/04/2023	Processo	2023/150.10.701/8
----------------	-------	------	------------	----------	-------------------

FILOMENA ISABEL GABRIEL HENRIQUES, na qualidade de Secretária da Reunião de Câmara, nomeada em reunião de Câmara realizada a 21 de outubro de 2021, e no uso da competência delegada por Despacho n.º 23242, datado de 17 de novembro de 2021, certifica que:

Na Reunião de Câmara ordinária realizada 17 de abril de 2023, na qual estiveram presentes Rui Fernando Anastácio Henriques, Presidente de Câmara, e Hugo André Silva Ferreira Santarém, Alexandre Hilário Afonso Gameiro Pires José Luís Gomes Ramos, Marlene Vieira Agostinho Carvalho, Sónia Carla Horta Bento, em substituição de Óscar Manuel Justo Pires e Nuno Miguel Costa Silva, na qualidade de Vereadores **foi tomada a seguinte deliberação:**

.....

2.d – Relatório de Gestão e Prestação de Contas individuais do Município de Alcanena, relativo ao ano de 2022. Documento ref.ª 9352/2023. Processo ref.ª 2022/150.20.404/2 (Para deliberação)

Presentes os Documentos de Prestação de Contas referentes ao exercício de 2022, constituídos por:

Relatório de Gestão, contendo os seguintes anexos:

Documento um – Balanço;

Documento dois – Demonstração de resultados por Natureza;

Documento três – Demonstração das Alterações no Património Líquido;

Documento quatro – Demonstração dos fluxos de caixa, do período findo em 31 de dezembro de 2022;

Documento cinco – Notas explicativas às demonstrações financeiras;

Documento seis – 3.1 - Ativos intangíveis - variação das amortizações e perdas por imparidades acumuladas;

Documento sete – 3.2 - Ativos intangíveis - Quantia escriturada e variações do período;

Documento oito – 3.2.a - Ativos intangíveis - Adições;

Documento nove - 3.2.b - Ativos intangíveis – Diminuições;

Documento dez – 3.5 - Ativos Intangíveis totalmente amortizados ainda em uso;

Documento onze – 5.1 - Ativos fixos tangíveis - variação das depreciações e perdas por imparidades acumuladas;

Documento doze – 5.2 Ativos tangíveis - quantia escriturada e variações do período;

¹ Cópias do documento são validadas com selo branco em uso na instituição.



- Documento treze – 5.2-a – Ativos fixos tangíveis - adições;
- Documento catorze – 5.2-b - Ativos fixos tangíveis - diminuições;
- Documento quinze – 5.6 Ativos fixos tangíveis totalmente amortizados, ainda em uso;
- Documento dezasseis – 6.1 - Locações Financeiras;
- Documento dezassete – 6.1 - Locações Operacionais;
- Documento dezoito – 8.a - Propriedades Investimento - quantias escrituradas - modelo do custo;
- Documento dezanove – 8.b - Propriedades Investimento - quantias escrituradas - modelo justo valor;
- Documento vinte – 8.1.a - Propriedades de Investimento – Adições – modelo de custo;
- Documento vinte e um – 8.1.b - Propriedades de Investimento – Adições – modelo do justo valor;
- Documento vinte e dois – 8.2.a - Propriedades de Investimento - Diminuições – Modelo do custo;
- Documento vinte e três – 8.2.b - Propriedades de Investimento - Diminuições –Modelo do justo valor;
- Documento vinte e quatro – 9 – Imparidades de Ativos;
- Documento vinte e cinco – 13.1 - rendimentos de transações com contraprestações - resumo;
- Documento vinte e seis – 14.1 - rendimentos de transações sem contraprestações - resumo;
- Documento vinte e sete – 15 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes;
- Documento vinte e oito – Mapa detalhe amortização viaturas;
- Documento vinte e nove – Mapa detalhe amortização imóveis;
- Documento trinta – Mapa detalhe amortização bens móveis;
- Documento trinta e um – Mapa detalhe amortização ativos intangíveis;
- Documento trinta e dois – Mapa controlo subsídios ao investimento;
- Documento trinta e três – Mapa investimentos em curso;
- Documento trinta e quatro – Dividas a terceiros por conta e entidade;
- Documento trinta e cinco: - Mapa Empréstimos
- Documento trinta e seis – Orçamento 2022 - Resumo por capítulo.
- Documento trinta e sete – Orçamento Receita e Despesa 2022 - Completo;
- Documento trinta e oito – Orçamento despesa 2022 - Resumo por económica;

- Documento trinta e nove – Orçamento despesa 2022 - Resumo por orgânica;

¹ Cópias do documento são validadas com selo branco em uso na instituição.



- Documento quarenta - PPI 2022 - Plano Plurianual de Investimentos;
- Documento quarenta e um – GOP 2022 – Grandes Opções do Plano;
- Documento quarenta e dois - Mapa 1 - Demonstração Desempenho orçamental;
- Documento quarenta e três - Mapa 2 - Demonstração Execução Receita 2021 - por rubrica;
- Documento quarenta e quatro - Mapa 2.a - Demonstração Execução Receita 2021 – económica
- Documento quarenta e cinco - Mapa 3 - Demonstração execução despesa 2021 - por rubrica;
- Documento quarenta e seis - Mapa 3.a - Demonstração execução despesa 2021 - por económica;
- Documento quarenta e sete - Mapa 3.b - execução despesa 2022 - por orgânica;
- Documento quarenta e oito - Mapa 3.c - execução despesa 2022 - por orgânica e económica;
- Documento quarenta e nove - Mapa 4 - execução anual PPI – Plano Plurianual de Investimento;
- Documento cinquenta - Mapa 4.a - Execução anual AMR – Atividades Mais Relevantes
- Documento cinquenta e um - Mapa 4.b - Execução anual GOP - Grandes Opções do Plano;
- Documento cinquenta e dois - Mapa 4.c - Balancete execução GOP - Grandes Opções do Plano;
- Documento cinquenta e três - Dividas a terceiros por antiguidade e saldos;
- Documento cinquenta e quatro - Mapa 1.1 - alterações orçamentais receita - por rubrica agregadora;
- Documento cinquenta e cinco - Mapa 1.2 - alterações orçamentais receita - por económica;
- Documento cinquenta e seis - Mapa 2.1 - alterações orçamentais despesa - por rubrica agregadora;
- Documento cinquenta e sete - Mapa 2.2 - alterações orçamentais despesa - por económica;
- Documento cinquenta e oito - Mapa 2.3 - alterações orçamentais despesa - por orgânica e económica;
- Documento cinquenta e nove - Mapa 3 - alterações orçamentais PPI – Plano Plurianual de Investimento;
- Documento sessenta - Mapa 4.1 - operações de tesouraria, por conta patrimonial;
- Documento sessenta e um - Mapa 4.2 - operações de tesouraria – orçamentais;

¹ Cópias do documento são validadas com selo branco em uso na instituição.



Documento sessenta e dois - Mapa 5.1 - situação dos contratos;
Documento sessenta e três - Mapa 5.2 - adjudicações por tipo procedimento;
Documento sessenta e quatro - Mapa Encargos Contratuais (TdC);
Documento sessenta e cinco - Mapa 6.1 - Transferências e Subsídios – despesa;
Documento sessenta e seis - Mapa 6.2 - Transferências e Subsídios recebidos;
Documento sessenta e sete - Norma de Controlo Interno dois mil e quinze - Município de Alcanena e suas alterações;
Documento sessenta e sete/A - Ata Câmara Municipal quinze de dezembro dois mil e catorze - Aprovação NCI - Norma de Controlo Interno;
Documento sessenta e oito – Resumo Diário de Tesouraria;
Documento sessenta e nove – Mapa Fundos Maneio;
Documento setenta - Limite de Endividamento Líquido Municipal e Limite Geral de Empréstimos;
Documento setenta e um – Limite da Dívida Total;
Documento setenta e dois – PSF – Relatório Semestral de Acompanhamento a 31 de dezembro de 2022 - Informação de Suspensão;
Documento setenta e três - LCPA Declarações artigo quinze - pagamentos e recebimentos em atraso;
Documento setenta e quatro - Balancete analítico sem AR (mês treze);
Documento setenta e cinco - Balancete analítico sem AR (mês quatorze);
Documento setenta e seis - Participações em entidades societárias;
Documento setenta e sete - Participações em entidades não societárias;
Documento setenta e oito - Correspondência entre o plano de contas local e o plano de contas central;
Documento setenta e nove – Relatório do Governo Societário;
Documento oitenta – Relatório de Atividades;
Documento oitenta e um – Relação Nominal dos Responsáveis;
Documento oitenta e dois - Responsáveis pelas demonstrações financeiras (SNC-AP);
Documento oitenta e três - Responsáveis pelas demonstrações orçamentais (SNC-AP);
Documento oitenta e quatro – Caracterização da entidade;
Documento oitenta e quatro-a - Ata reunião Câmara Municipal de 16 de outubro de 2021- fixação número vereadores;
Documento oitenta e quatro-b – ROSM – Regulamento de Organização de Serviços Municipais oito de setembro de dois mil e catorze - Regulamento Organização Serviços - Despacho onze mil trezentos e cinco dois mil e catorze;
Documento oitenta e cinco - Mapa dos investimentos financeiros;

¹ Cópias do documento são validadas com selo branco em uso na instituição.



Documento oitenta e seis - Mapa de Acumulação de Funções;
Documento oitenta e sete - extratos dos saldos bancários - fim do exercício;
Documento oitenta e oito – Reconciliações Bancárias;
Documento oitenta e nove – Síntese das Reconciliações Bancárias;
Documento noventa – Limite da Dívida Total;
Documento noventa e um - Apuramento da dívida total das entidades participadas;
Documento noventa e dois - Entidades relevantes para efeitos da dívida total;
Documento noventa e três - Transferência de competências de órgãos do Estado;
Documento noventa e quatro - Delegação de competências do Município;
Documento noventa e cinco - Certificação legal de contas – DRAFT;
Documento noventa e seis - Relatório e Parecer do órgão de fiscalização – DRAFT;
Nos Documentos de Prestação de Contas, verifica-se, designadamente, que:

O Balanço apresenta os seguintes valores totais em euros:

- Ativo: €70.498.270,96 (setenta milhões quatrocentos e noventa e oito mil duzentos e setenta euros e noventa e seis cêntimos), sendo, €65.314.726,90 (sessenta e cinco milhões trezentos e catorze mil setecentos e vinte e seis euros e noventa cêntimos), de Ativo não corrente e € 5.183.544,06 (cinco milhões cento e oitenta e três mil quinhentos e quarenta e quatro euros e seis cêntimos), de Ativo Corrente;

- Património Líquido: €57.151.608,51 (cinquenta e sete milhões cento e cinquenta e um mil seiscentos e oito euros e cinquenta e um cêntimos);

- Passivo: €13.346.662,45 (treze milhões trezentos e quarenta e seis mil seiscentos e sessenta e dois euros e quarenta e cinco cêntimos), sendo €10.486.549,54 (dez milhões quatrocentos e oitenta e seis mil quinhentos e quarenta e nove euros e cinquenta e quatro cêntimos), de Passivo não Corrente e €2.860.112,91 (dois milhões oitocentos e sessenta mil cento e doze euros e noventa e um cêntimos), de Passivo Corrente;

A Demonstração de Resultados apresenta os seguintes valores:

- Resultados antes de depreciações e gastos de financiamento: 1.895.645,24€ (um milhão oitocentos e noventa e cinco mil seiscentos e quarenta e cinco euros e vinte e quatro cêntimos).

- Resultado operacional (antes de gastos de financiamento): -295.905,71€ (menos duzentos e noventa e cinco mil novecentos e cinco euros e setenta e um cêntimos);

- Resultado antes de impostos: -363.191,50€ (menos trezentos e sessenta e três mil cento e noventa e um euros e cinquenta cêntimos);

- Resultado líquido do período: -363.191,50€ (menos trezentos e sessenta e três mil cento e noventa e um euros e cinquenta cêntimos).

O mapa de demonstração de fluxos de caixa apresenta os seguintes valores em euros:

¹ Cópias do documento são validadas com selo branco em uso na instituição.



Saldo da gerência anterior: 1.032.581,65€ (um milhão trinta e dois mil quinhentos e oitenta e um euros e sessenta e cinco cêntimos), sendo 620.617,18€ (seiscentos e vinte mil seiscentos e dezassete euros e dezoito cêntimos), de execução orçamental e 411.964,47€ (quatrocentos e onze mil novecentos e sessenta e quatro euros e quarenta e sete cêntimos), de operações de tesouraria;

Os mapas de execução orçamental da receita, apresentam o total das receitas orçamentais cobradas líquidas de 17.376.835,08€ (dezassete milhões trezentos e setenta e seis mil oitocentos e trinta e cinco euros e oito cêntimos), sendo 12.830.785,81€ (doze milhões oitocentos e trinta mil setecentos e oitenta e cinco euros e oitenta e um cêntimos), de receitas correntes, 3.924.656,97€ (três milhões novecentos e vinte e quatro mil seiscentos e cinquenta e seis euros e noventa e sete cêntimos), de receitas de capital e 621.392,30€ (seiscentos e vinte e um mil trezentos e noventa e dois euros e trinta cêntimos), de outras receitas, o que representa uma taxa de execução global de 88,34%.

Os mapas de execução orçamental da despesa, apresentam o total de despesas pagas líquidas de reposições de 16.455.074,14€ (dezasseis milhões quatrocentos e cinquenta e cinco mil e setenta e quatro euros e catorze cêntimos), sendo 10.364.265,40€ (dez milhões trezentos e sessenta e quatro mil duzentos e sessenta e cinco euros e quarenta cêntimos), de despesas correntes e 6.090.808,74€ (seis milhões noventa mil oitocentos e oito euros e setenta e quatro cêntimos), de despesas de capital, o que representa uma taxa de execução global de 82,90%;

Saldo para a gerência seguinte: 1.408.855,15€ (um milhão quatrocentos e oito mil oitocentos e cinquenta e cinco euros e quinze cêntimos), sendo 921.760,94€ (novecentos e vinte e um mil setecentos e sessenta euros e noventa e quatro cêntimos), de operações orçamentais e 487.094,21€ quatrocentos e oitenta e sete mil e noventa e quatro euros e vinte e um cêntimos), de operações de tesouraria;

O Mapa dos Empréstimos, elaborado de acordo com o Modelo dezoito da Instrução número 1/2019 do Tribunal de Contas, apresenta os seguintes valores totais em euros: .

Encargos do ano: 1.469.231,99€ (um milhão quatrocentos e sessenta e nove mil duzentos e trinta e um euros e noventa e nove cêntimos), sendo 1.425.542,82€ (um milhão quatrocentos e vinte e cinco mil quinhentos e quarenta e dois euros e oitenta e dois cêntimos), de amortizações, 42.533,83€ (quarenta e dois mil quinhentos e trinta e três euros e oitenta e três cêntimos), de juros e 1.155,34€ (mil cento e cinquenta e cinco euros e trinta e quatro cêntimos), de outros encargos.

O Capital em dívida em 31 de dezembro de 2022 é de 5.507.701,54€ (cinco milhões quinhentos e sete mil setecentos e um euros e cinquenta e quatro cêntimos).

¹ Cópias do documento são validadas com selo branco em uso na instituição.



O documento trinta e quatro – Outras dívidas a Terceiros, apresenta como total em dívida em 31 de dezembro de 2022, o valor de 1.222.861,37€ (um milhão duzentos e vinte e dois mil oitocentos e sessenta e um euros e trinta e sete cêntimos).

O Relatório de Gestão e Atividades foi apresentado em dois fascículos separados.

O primeiro fascículo contém uma introdução à análise política às contas de 2022, de acordo com a aplicação do SNC-AP - Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas, aprovado pelo Decreto-Lei número 192/2015, de 11 de setembro, e o qual refere, nomeadamente, a execução orçamental da receita, execução orçamental da despesa, equilíbrio orçamental, execução das Grandes Opções do Plano (PPI – Plano Plurianual de Investimento e Atividades Mais Relevantes). É feita também uma análise ao balanço e demonstração de resultados, assim como uma análise ao limite da dívida total, endividamento líquido e limite geral de empréstimos de médio e longo prazo e prazo médio de pagamento. São apresentados alguns rácios orçamentais e sobre a aplicação dos resultados líquidos do exercício é referido o seguinte:

“Nos termos do disposto no ponto 2.7.3, do POCAL – Plano Oficial de Contas das Autarquias Locais, quando haja resultado positivo, o seu montante pode ser repartido da seguinte forma:

- a) - Reforço do património;
- b) – Constituição ou reforço de reservas.

É obrigatório o reforço do património até que o valor contabilístico da conta 51 – Património, corresponda a 20% do ativo líquido.

Deve constituir-se anualmente um reforço mínimo de 5% do resultado líquido, em reservas legais, conta quinhentos e setenta e um do POCAL - Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais.

No entanto, não se encontra definida no SNC_AP - Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas, qualquer indicação acerca da contabilização de eventual distribuição de resultados líquidos, caso os mesmos sejam positivos. Face ao exposto propõe-se que os resultados líquidos do exercício sejam transitados para a conta 561 – Resultados Transitados – de períodos anteriores, após aprovação das contas e no início da execução da gerência do ano de 2022.

Consta, igualmente, informação sobre a consolidação de contas com as seguintes entidades: AQUANENA – Empresa Municipal de Água e Saneamento de Alcanena, E.M, S.A, RSTJ – Gestão e Tratamento de Resíduos, E.I.M., S.A e Associação Centro Ciência Viva do Alviela.

O segundo fascículo, (Documento 80 – Relatório de Atividades) contém anexos ao primeiro fascículo, nomeadamente, as atividades não refletidas nas Grandes Opções do Plano,

¹ Cópias do documento são validadas com selo branco em uso na instituição.



como sejam atividades da Divisão de Desenvolvimento Organizacional e Gestão Financeira e Patrimonial, Divisão de Desenvolvimento Humano e Social, Divisão de Desenvolvimento Sustentável e Urbanismo, Divisão de Planeamento e Gestão de Obras Municipais, Divisão de Cultura, Turismo e Valorização do Património, Serviço Municipal de Proteção Civil, Serviço de Comunicação, Protocolo e Relações Externas e Centro de Ciência Viva do Alviela._____

O Senhor Presidente da Câmara prestou alguns esclarecimentos sobre o assunto e fez um breve enquadramento do documento.

O Vereador Nuno Silva complementou referindo que as Contas do Município eram positivas, caso não tivessem o impacto das contas da AQUANENA – Empresa Municipal de Água e Saneamento de Alcanena, E.M, S.A, e 10% dos resultados da RSTJ – Gestão e Tratamento de Resíduos, E.I.M., S.A, Compinena - Companhia Imobiliária de Alcanena S.A e Associação Centro Ciência Viva do Alviela.

A Vereadora Marlene Carvalho informou que a Associação Centro Ciência Viva do Alviela praticamente duplicou a sua receita de bilheteira, via aumento do número de visitas. Reduziu-se, igualmente, o valor das transferências do Município para apoio do funcionamento. O valor da receita de bilheteira ultrapassou o melhor ano, até à data, 2016.

O Senhor Presidente da Câmara acrescentou que se teria de encontrar solução para que o orçamento não fosse deficitário, passando pelo aumento da receita de bilheteira, aumento das vendas de merchandising e capacidade de captação de mecenas. A EPAL- Empresa Portuguesa das Águas Livres SA poderia ser um parceiro estratégico, tendo o próprio já falado com o Presidente da EPAL- Empresa Portuguesa das Águas Livres SA.

Informou que o edifício tinha grandes problemas de manutenção, o AVAC - Aquecimento, Ventilação e Ar Condicionado, estava em final de vida, entre outros investimentos nos equipamentos que eram necessários efetuar.

Em suma, o que se pretendia era que o edifício fosse autossustentável, pelo menos, a nível dos custos de exploração.

O Vereador Hugo Santarém esclareceu que, ao invés de ter feito referência às Contas da Associação Centro Ciência Viva do Alviela, deveria ter abordado questões estruturantes para o Município e que se tivesse feito reflexão sobre as contas do mesmo, com apresentação sucinta do documento.

Acrescentou que as Contas apresentadas ainda refletiam a concretização de muitas das obras do anterior Executivo do Partido Socialista, daí que votariam favoravelmente as Contas.

Referiu que, no documento se referia que se tinha reforçado as relações institucionais com as “Juntas de Freguesia”, chavões, como se não existissem relações reforçadas com as Juntas de Freguesia.

¹ Cópias do documento são validadas com selo branco em uso na instituição.



Demonstrou preocupação, no que dizia respeito ao Serviço Municipal de Proteção Civil, quanto ao número de “recusas de assistência médica”, 61 num total de 108.

Disse ter ficado com a dúvida, na página 55, quando se referia que se tinha recebido menos 67.000,00€ (sessenta e sete mil euros) de impostos, quando se verificava a redução de 20.000,00€ (vinte mil euros) de receita de IMI - Imposto Municipal sobre Imóveis e aumento da receita de outros três de impostos.

Destacou que a dívida de médio e longo prazo aumentou de cerca de 4.000.000,00€ (quatro milhões de euros) para cerca de 5.000.000,00€ (cinco milhões de euros), que representava um aumento, pela primeira vez, desde 2011, ainda que o aumento ainda reflita uma parte do empréstimo contraído pelo Executivo do Partido Socialista.

Verificava-se que as despesas de capital aumentaram 10%, ainda que se referisse que estava garantido o equilíbrio. Destacou o aumento das despesas com pessoal em 5,4%, com o ingresso de 42 trabalhadores em 2022.

Destacou, igualmente, com alguma ironia, referindo-se a algumas pérolas, o aumento das ajudas de custo em 26% para pagamento das custas com deslocações dos eleitos locais, uma novidade face ao passado.

Referiu o aumento, em 115% as despesas com material de educação, cultura e recreio (página 77), e 80% em produtos químicos e farmacêuticos.

Demonstrou surpresa pelo aumento na rubrica das “deslocações e estadas” em 1450%.

Destacou, que ainda se verificasse o equilíbrio orçamental, com um grau de execução do PPI – Plano Plurianual de Investimentos na casa dos 82,4%, abaixo da execução dos anos anteriores, vários números abaixo da média dos anos anteriores.

Disse não ter percebido como a execução anual da Ação Social apenas representava 2,2% no PPI – Plano Plurianual de Investimentos. Ao mesmo tempo, não entendia o porquê de, estando-se em fase de discussão do Plano de Pormenor na zona da A1/A23, em fase de implementação da Estratégia Local de Habitação, com uma panóplia de processos em curso no âmbito do Ordenamento do Território, a execução, no âmbito do Ordenamento do Território era 0%.

Demonstrou estranheza pelo facto de o investimento na área da cultura apenas ter uma execução de 6,4%, manifestamente abaixo do executado anteriormente.

Mantinhm-se os ativos em coerência com os anos e ressaltou os resultados líquidos positivos, também muito devido ao Saldo de Gerência do ano anterior, excluindo a influência da AQUANENA - Empresa Municipal de Águas e Saneamento, E.M, S.A. e da RSTJ - Gestão e Tratamento de Resíduos, E.I.M., S.A. nas Contas do Município.

¹ Cópias do documento são validadas com selo branco em uso na instituição.



O total do passivo aumentou de seis milhões, em 2021 para treze milhões, com maioria incidência do passivo não corrente, questionando a razão dos mesmos.

Referiu que se mantinha a trajetória do Prazo Médio de Pagamentos dos últimos anos.

Esperava que o esforço que se fez nos últimos dez anos não fosse abandonado, para não se correr o risco de se chegar ao mesmo ponto que há dez anos.

No que dizia respeito à análise dos rácios, da análise dos mesmos era possível verificar-se a trajetória financeira que seguia a autarquia para o futuro. O peso dos empréstimos no investimento autárquico aumentara de 27% para 42% e de 9% para 14% na receita total. Estes indicadores seriam muito superiores para o ano seguinte. Questiona o porquê de um valor negativo na rentabilidade líquida do ativo.

O endividamento aumentara de 10,2% para 18%, valores próximos dos verificados no ano de 2015.

Apesar da solvabilidade ainda ser bastante positiva, não deixava de ser efetiva a quebra para metade, reportando-se os valores próximos dos verificados nos anos de 2016/2017.

Concluiu dizendo que o Executivo do Partido Socialista iria manter-se atento à evolução dos rácios e indicadores, esperando que o Relatório e Contas de 2023 fosse melhor, apesar dos indicadores não revelarem tal.

O Senhor Presidente da Câmara lembrou que em 2021 o Orçamento de Estado veio retirar cerca de 500.000,00€ (quinhentos mil euros) em transferências e que veio subtrair o superavit de cerca de 500.000,00€ (quinhentos mil euros) de 2021, valor esse que foi reposto no de 2023. No entanto, esse valor reposto, em 2023, foi absorvido pelo aumento das despesas com pessoal, devido aos aumentos dos funcionários, para não falar dos aumentos com os custos com energia. Verba essa que não foi transferida para os Municípios.

Esclareceu que, em relação ao afirmado sobre o número de recusas médicas por parte da Proteção Civil, informou que a Câmara Municipal aumentou o Quadro de Bombeiros com 5 bombeiros sapadores e 6 operacionais, no sentido de aumentar a capacidade de resposta dos Bombeiros. Gostaria de saber o número de recusas que existia anteriormente, pois considerava que existia, à época, um grave problema de capacidade de resposta operacional. Disse ter solicitado relatório com o histórico do número de recusas, informação que lhe disseram não existir. O reforço do Quadro de Pessoal dos Bombeiros traduziu-se numa diminuição do número de recusas que eram enormes e que colocavam em causa a capacidade operacional do Município de resposta às necessidades de intervenção.

Disse que a capacidade de resposta da Proteção Civil, dentro do Concelho, aumentou muito, sendo que o número de recusas incidia mais nos pedidos de intervenção para fora do

¹ Cópias do documento são validadas com selo branco em uso na instituição.



Concelho, ainda que era da opinião de que era de salutar e importante a interajuda entre Corporações de Bombeiros.

Acrescentou que se necessitava de uma maior reforço dos recursos humanos, para aumentar, ainda mais, a capacidade de resposta da Proteção Civil. Lamentava a desigualdade de apoios entre Bombeiros Voluntários e Bombeiros Municipais, no que dizia respeito aos apoios. O Município, que tinha bombeiros municipais e bombeiros voluntários era bastante penalizado face aos restantes. E sobre este assunto da Proteção Civil, disse nunca ter ouvido a sua antecessora a falar publicamente sobre tão grande preocupação. Assunto premente que teria de ser brevemente resolvido e os concelhos com bombeiros municipais estavam a ser altamente penalizados.

Informou que, sim, efetivamente, havia um reforço do reconhecimento das Juntas de Freguesia, dado que, anteriormente, só existia uma reunião anual com as Juntas e Uniões de Freguesia.

Quanto ao aumento do valor com deslocações e estadas, esclareceu que era necessário procurar-se financiamento público e privado. E o aumento do endividamento deve-se ao facto de ser necessário elaborar-se projetos para se ter capacidade de se recorrer ao financiamento que aí vem.

Deu conhecimento que fora no âmbito da rubrica de “deslocações e estadas” que a Vereadora Marlene Carvalho se tinha deslocado a Londres e conseguiu enquadrar as “Mantas de Minde” num projeto internacional. Era necessário ir à procura de financiamentos.

O endividamento estava a aumentar pois era necessário adquirir-se os imóveis e elaborar os projetos para se enquadrar as operações em financiamentos comunitários.

Deu conhecimento de que se adquiriu, aqui, na povoação de Filhós, dois imóveis para fixar duas famílias. Em 4 anos ir-se-ia duplicar a capacidade existente de habitação pública, mais do que em 40 anos. E isso carecia de investimento.

Esclareceu que, no Concelho de Alcanena, existiam mais de 1000 imóveis devolutos e gostaria de reabilitar uma boa parte deles, para poder dar sinais à população mais jovem que existia possibilidade de se fixarem, a preços concorrenciais, no Concelho de Alcanena. Esse era o grande desafio. Era preciso investir. Não se estava a gastar dinheiro em obras faraónicas, mas sim a investir em habitação, em requalificação e reabilitação do espaço público e a investir na capacidade de fixação de empresas.

Uma parte muito significativa dos dois empréstimos contratados destinavam-se a tais projetos.

Pretendia-se adquirir a Fábrica da Marsipel e parte da Fábrica Mota, para se reabilitar e renaturalizar a zona. Para se poder efetuar a obra do Parque do Lavradio, entre a Igreja de São Pedro e a Rodoviária, era necessário adquirir-se os terrenos, também.

¹ Cópias do documento são validadas com selo branco em uso na instituição.



Uma parte dos investimentos que estavam a ser feitos seriam financiados por PRR - Plano de Recuperação e Resiliência ou Portugal 2030.

A propósito da fixação de empresas no concelho, informou que iria instalar, no Concelho, uma empresa holandesa produtora de cabos para carregadores elétricos que iria gerar mais de 70 postos de trabalho e que, no atual Executivo já se tinham vendido 8 Lotes de Terreno na Zona Industrial de Minde, mais do que em todos os anos do anterior Executivo. Foram vendidos, recentemente, dois lotes para uma empresa de produção de biodigestores de tecnologia irlandesa.

Acrescentou que se deslocaria onde fosse necessário para captar investimento relevante para o Concelho e o mesmo se aplicava aos Vereadores. Se tivessem de ir à procura de investimento iriam a qualquer parte do mundo.

Em suma, o aumento do valor gasto na rubrica de “deslocações e estadas” aumentou devido à procura de investimentos para o Concelho e não para passeios e cerimónias. Importava ter-se capacidade de se ir buscar investimentos e financiamentos diretamente a Bruxelas. Na sua opinião, a Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo deveria ter um técnico, a tempo inteiro, em Bruxelas, no sentido de avaliar os financiamentos europeus diretamente vindos de Bruxelas. Era isso que se procuraria fazer com a Câmara Municipal de Santarém, num projeto URBACT - Programa de Cooperação Territorial Europeia – Agência para o Desenvolvimento e Coesão, no sentido de se repensar toda a Bacia do Rio Alviela.

Acrescentou que iria deslocar-se a Bruxelas, a convite, no âmbito do projeto “Construir a Europa como os Eleitos Locais” conhecer os novos instrumentos de apoio comunitário.

O Vereador Hugo Santarém esclareceu que apenas fez referência ao aumento da rubrica de “deslocações e estadas” ficando grato pelo extenso esclarecimento prestado, que as viagens não eram para passear ou para cerimónias.

Saudou a captação do investimento holandês, questionando, no entanto, o que aconteceu a outro investimento holandês que estava sedado há muito anos em Minde, que depois se deslocalizou para a zona da Videla e que estava fechado. Um projeto interessante de economia circular. Questionou se o mesmo encerrou a atividade ou apenas se deslocalizou e que tipo de diligências fez a Câmara Municipal no sentido de manter cá a empresa.

O Senhor Presidente da Câmara respondeu que a empresa se deslocalizou, mas estava prestes a encerrar. E isso significava e reforçava a necessidade de proatividade de se ir à procura de novos investidores para suprir os que terminavam funções.

Continuando a sua exposição, o Vereador Hugo Santarém clarificou que, para se executar os investimentos, importava despender de verbas, sempre à medida das possibilidades e da responsabilidade. Mas, ao ritmo que estava a ser feito, no final do mandato

¹ Cópias do documento são validadas com selo branco em uso na instituição.



estaria esgotada a capacidade de endividamento. A maioria que tinha no executivo a isso o permitia.

Esclareceu que fez referência à preocupação com o número de recusas porque bastava existir uma recusa para que ficasse preocupado e a qual, segundo constava, nada tinha a ver com recursos humanos. Também não era justificação fazerem comparação com o passado porque todas as recusas eram preocupantes.

O Senhor Presidente da Câmara respondeu que, o que lhe importava analisar era se o investimento que se estava a efetuar era ou não reprodutivo. E, a seu ver, habitação e economia eram reprodutivos. Para se poder negociar aquisições era necessário existir verba disponível e os investimentos que se pretendia fazer destinavam-se a estimular o desenvolvimento económico do Concelho. Demonstrou satisfação pela quantidade de investimentos que estavam em marcha, que advinha, também, de um grande esforço da sua parte, dos técnicos e da delegação de competências e responsabilização.

O Vereador José Luís Ramos esclareceu não ser correta a afirmação quanto ao número de recusas, considerando que esses números eram apresentados nas várias reuniões do Conselho Municipal de Segurança à época. Os comandantes, à data, dispunham dessa informação.

Acrescentou ser incorreta a afirmação de que apenas se realizavam reuniões com Juntas de Freguesia uma vez por ano.

O Senhor Presidente da Câmara disse que não era essa a informação que tinha das Presidentes das Juntas de Freguesia de Minde e Serra de Santo António, à data.

Quanto ao número de recusas de assistência por partes dos bombeiros insistiu que pediu a informação e eu lhe foi dito que não existia nem encontrou qualquer informação sobre o assunto. A existirem, iria solicitá-los, de imediato. O que existia, atualmente, era um Relatório Mensal, como toda a informação relevante.

Deliberação por unanimidade, num total de sete presenças: Aprovadas as Contas do Ano de 2022, em conformidade com a alínea i), do n.º 1, do artigo 33.º, da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, as quais são constituídas pelo Relatório de Gestão e pelos Documentos acima referenciados, numerados de 1 a 96, que inclui, para além dos Documentos referenciados no SNC-AP - Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas, inclui também os Documentos conforme Instrução n.º 1/2019, do Tribunal de Contas, publicada no “Diário da República”, 2ª série, número 46, de 6 de março de 2019, bem com os documentos constantes da Resolução número 6/2022 do Tribunal de Contas, publicada no “Diário da República”, número 4, Segunda Série, de 5 janeiro de 2023

¹ Cópias do documento são validadas com selo branco em uso na instituição.



É também constituída pela Informação de Suspensão de Aplicação do Plano de Saneamento Financeiro, conforme previsto no artigo 97º, da Lei número 114/2017, de 29 de dezembro.

Todos os Documentos de Prestação de Contas que foram presentes nesta Reunião e rubricados pelos Membros do Executivo presentes, ficando devidamente arquivados em pasta própria, mais Certidão da Ata da Reunião em que foram discutidas e aprovadas as Contas, ficando disponíveis para consulta, quando para tal forem solicitados.

Relativamente à aplicação dos Resultados Líquidos do Exercício, foi deliberado que os resultados líquidos do exercício sejam transitados para a conta 561 – Resultados Transitados – de períodos anteriores, no início da execução da gerência do ano de 2023.

Deliberado, ainda, submeter os Documentos de Prestação de Contas do exercício de 2022 à votação da Assembleia Municipal, nos termos do disposto na alínea i) do número 2, do artigo 25º, do Anexo 1, à Lei número 75/2013, de 12 de setembro.

Mais foi deliberado, enviar as Contas ao Tribunal de Contas, por via eletrónica, conforme Resolução número 6/2022 do Tribunal de Contas, publicada no “Diário da República”, número 4, Segunda Série, de 5 janeiro de 2023.

Mais se certifica que a ata da presente reunião foi aprovada em minuta, no final da mesma, nos termos do número três, do artigo quinquagésimo segundo, do anexo I à Lei número setenta e cinco/dois mil e treze de doze de setembro.

Por ser verdade passo a presente que assino e vai autenticada com selo branco em uso nesta Câmara Municipal,

A Secretária da Reunião de Câmara

(Filomena Isabel Gabriel Henriques)

(Por despacho de Delegação de Competências n.º 23242, datado de 17/11/2021)

Documento assinado digitalmente. Esta assinatura digital é equivalente à assinatura autografa¹

¹ Cópias do documento são validadas com selo branco em uso na instituição.